



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

ATA Nº 13 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da sessão ordinária do Conselho Universitário realizada no dia 26 de novembro de 2024, às 15 horas, na Sala Professor Ayrton Roberto de Oliveira (Sala dos Conselhos), no Campus de Florianópolis, e em ambiente eletrônico, por intermédio de videoconferência.

1 Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, às quinze horas,  
2 reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (CUn/UFSC), em  
3 caráter ordinário, conforme o Ofício Circular nº 17/2024/SODC/CUn, enviado para o correio  
4 eletrônico das/os conselheiras/os e posteriormente divulgado na página principal da UFSC. A  
5 sessão ocorreu presencialmente, na Sala Professor Ayrton Roberto de Oliveira (Sala dos  
6 Conselhos), no Campus de Florianópolis, e em ambiente eletrônico, por meio do *link*  
7 <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/conselho-universitario-da-ufsc>, do serviço Conferência  
8 Web da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A sessão foi presidida pelo reitor da UFSC,  
9 professor Irineu Manoel de Souza. A lista de presença correspondente encontra-se em apartado  
10 a este documento e foi encaminhada ao correio eletrônico das/os conselheiras/os por meio do  
11 *link* <https://u.ufsc.br/jqxyzR3>, tendo em vista que, conforme o disposto no art. 4º da Resolução  
12 Normativa nº 166/2022/CUn, a presença dos conselheiros na sessão deverá ser atestada por  
13 meio de assinatura digital no Sistema de Certificação Digital Assina UFSC. Participaram da sessão  
14 as/os seguintes conselheiras/os: Dilceane Carraro, Werner Kraus Junior, Jacques Mick, Rosete  
15 Pescador, Marlene Grade, Carmen Maria Oliveira Muller, Alexandre Verzani Nogueira, Tadeu  
16 Lemos, Paulo Henrique Borges, Hamilton de Godoy Wielewicki, Edgar Bisset Alvarez, Alex Degan,  
17 Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Luiz Augusto dos Santos Madureira, Lucio Sartori Farenzena,  
18 Melissa Ely Melo, Carlos Araújo Leonetti, Patrick Klock, Ubirajara Franco Moreno, Adriano Péres,  
19 Guilherme Wagner, Diego Santos Greff, Catia Regina Silva de Carvalho Pinto, Melissa Negro  
20 Dellacqua, Juliano Gil Nunes Wendt, Heloisa Teles, Edevard José de Araujo, Telles Brunelli Lazzarin,  
21 Mara Ambrosina de Oliveira, Marivaldo dos Santos Nascimento, Rogério Christofolletti, Luiz  
22 Gustavo da Cunha de Souza, Luiz Rafael dos Santos, Silvia Lopes de Sena Tagliarenha, Tienko Vitor  
23 da Rocha, Vitor Germano Bortolini Giongo, Arelly Cecília Silva Padilha, Édina Roberta Meira,  
24 Daniel Reschke Pires, Cesar Augusto Magalhães Benfatti e Alexandre D'Ávila da Cunha.  
25 Participaram ainda da sessão, conforme registrado na plataforma da RNP, sem assinar a lista de  
26 frequência, as/os seguintes conselheiras/os: Anderson Luiz Fernandes Perez, Elisete Santos da  
27 Silva Zagheni, Eugênio Simão, Fabricio de Souza Neves, Olga Regina Zigelli Garcia, Patrícia Freitas  
28 Schemes Assumpção, Rafael dos Reis Abreu e Vanessa de Oliveira. A transmissão da sessão  
29 ocorreu ao vivo pelo canal do Conselho Universitário no YouTube, sob a incumbência da equipe  
30 da TV UFSC. Registre-se que a sessão contou com a participação de intérpretes de  
31 Libras/Português. O presidente, após a constatação de quórum, com os cumprimentos de praxe,  
32 declarou aberta a sessão. Ato contínuo, procedeu à leitura das justificativas das ausências das/os  
33 seguintes conselheiras/os: Joana Célia dos Passos, Allisson Jhonatan Gomes Castro; Rodrigo

34 Otávio Moretti Pires; Tiago Montagna; Rodrigo Weinhardt Borges; Michel Angillo Saad; Carlos  
35 Rodrigues e Nilton da Silva Branco. Foram dadas as boas-vindas às novas conselheiras e aos novos  
36 conselheiros, a saber: Heloisa Teles e Ritele Hernandez da Silva, representantes titular e suplente  
37 da Câmara de Graduação, respectivamente; e Marivaldo dos Santos Nascimento e Dóris Ghilardi,  
38 representantes titular e suplente da Câmara de Pós-Graduação, respectivamente. Na sequência,  
39 o presidente informou que seriam feitos alguns informes e, em seguida, passou a palavra para a  
40 conselheira Dilceane Carraro, para que ela desse o informe sobre os trabalhos realizados  
41 relacionados à evasão em cursos da UFSC. A conselheira Dilceane iniciou dizendo que o informe  
42 que estava apresentando havia sido solicitado pela presidência e tratava dos trabalhos realizados,  
43 bem como da divulgação – que disse acreditar que ocorreria até a semana seguinte –, referentes  
44 a um relatório sobre evasão e retenção nos cursos presenciais da UFSC. A conselheira Dilceane  
45 informou que foi constituída uma comissão no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e Educação  
46 Básica (PROGRAD), em parceria com outros setores, como a Secretaria de Planejamento e  
47 Orçamento (SEPLAN) e a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação  
48 e Comunicação (SeTIC), que trabalhou ao longo do último ano no tratamento e na análise de  
49 dados, com o objetivo de obter um diagnóstico sobre a situação da evasão na UFSC. Disse que a  
50 comissão trabalhou com dados do período de julho de 2023 até um momento recente em 2024,  
51 abrangendo mais de 100.000 matrículas dos anos de 2008 a 2023. Ela prosseguiu dizendo que o  
52 trabalho da comissão seguiu algumas etapas. Explicou que, primeiramente, houve uma etapa  
53 exploratória, visando conhecer os trabalhos que já haviam sido feitos sobre o tema. Depois, disse  
54 que foram realizadas algumas definições conceituais e a categorização dos dados, incluindo a  
55 definição de conceitos, variáveis e indicadores de análise. Esclareceu que, em seguida, a comissão  
56 tratou e analisou os dados. Ela comentou que muitos dos cursos e das direções de centro já  
57 conheciam o sistema acadêmico da UFSC, que vinha sendo adaptado nas últimas duas ou três  
58 décadas. Informou que a comissão buscou, nos dados do sistema CAGR, uniformizar as  
59 informações. Acrescentou que a comissão estava finalizando a elaboração do relatório, que seria  
60 apresentado à comunidade na próxima segunda-feira, dia 2, no período da tarde. Disse que a  
61 atividade de apresentação seria em formato híbrido, no auditório do Centro Socioeconômico (CSE)  
62 e, para quem não pudesse participar presencialmente, seria transmitida pela RNP da PROGRAD.  
63 Nas palavras da conselheira Dilceane, o relatório traria uma visão institucional sobre a evasão,  
64 com dados desde 2008 até 2023, destacando os centros de ensino e os *campi* com maior índice  
65 de evasão e retenção. De acordo com a conselheira, a ideia da comissão era apresentar esses  
66 dados e, a partir disso, desencadear mudanças. Destacou que o objetivo da comissão era  
67 promover, de fato, essas mudanças, sendo que algumas delas exigiriam medidas estruturais e,  
68 para isso, seria necessário diálogo e colaboração com os centros de ensino e as coordenações de  
69 curso. Ela acrescentou ainda que, após a apresentação à comunidade na segunda-feira, a  
70 comissão, presidida pela professora Andressa Sasaki Vasques Pacheco, que era uma estudiosa da  
71 evasão havia muitos anos, estaria disponível para apresentar os dados específicos dos cursos dos  
72 centros de ensino. Explicou que, no relatório, a comissão havia priorizado os dados institucionais  
73 mais gerais, mas existiam dados detalhados de todos os cursos, que seriam apresentados aos  
74 centros. A conselheira Dilceane enfatizou que essas informações eram importantes para que se  
75 pudesse discutir e propor mudanças relevantes, bem como para estruturar comissões ou outras  
76 iniciativas locais para o acompanhamento dos dados de reprovação e de frequência insuficiente,  
77 com um acompanhamento pedagógico efetivo no âmbito de cada curso de graduação. Segundo  
78 a conselheira Dilceane, aquela era uma primeira etapa sobre o tema e estava sendo feito um  
79 trabalho de mobilização de todos para que, a partir daqueles dados, fosse possível promover

80 reflexões sobre os cursos, tanto do ponto de vista pedagógico quanto didático, da estrutura  
81 curricular e do acompanhamento necessário dos discentes, fatores que eram determinantes para  
82 a evasão. Ela comentou ainda que, em 2025, começariam a construção de uma política  
83 institucional de enfrentamento à evasão. Destacou que já existiam muitas ações em andamento  
84 na Universidade, mas o objetivo com isso era o envolvimento das unidades acadêmicas e das  
85 coordenações de curso para ter estruturas mais próximas de acompanhamento pedagógico,  
86 tanto para os estudantes quanto para os docentes, especialmente nos cursos com elevados  
87 índices de reprovação. Na concepção da conselheira Dilceane, o objetivo era ter uma visão mais  
88 ampla e didática sobre os estudantes que frequentam as salas de aula e, assim, criar uma força-  
89 tarefa coletiva de enfrentamento à evasão. Em seguida, convidou todos para participar da  
90 atividade de segunda-feira à tarde, bem como para divulgar amplamente aqueles dados. Por fim,  
91 agradeceu a todos aqueles que haviam se dedicado ao estudo relatado. O presidente retomou a  
92 palavra e agradeceu a conselheira pela manifestação, e parabenizou todos os envolvidos. Em  
93 seguida, informou que a ordem do dia seria discutida. A conselheira Edna Meira pediu a palavra  
94 para solicitar que os processos nº 23080.052404/2024-1 e nº 23080.059590/2024-15 fossem  
95 discutidos na sequência. Houve também a inscrição do conselheiro Fábio Lopes, que pediu a  
96 palavra para questionar sobre o plano de saúde, solicitando uma explicação à comunidade  
97 universitária a respeito do que havia ocorrido. Ele questionou por que o contrato, que se  
98 encerraria no primeiro dia de dezembro, não tinha sido substituído por uma nova ação. O  
99 conselheiro Fábio destacou que o contrato emergencial que restava deixava a situação dos  
100 servidores docentes e técnico-administrativos em educação muito vulnerável, especialmente em  
101 face da Unimed. Ele expressou preocupação com os riscos de um reajuste muito acima do  
102 esperado e solicitou uma explicação sobre os motivos que levaram a Universidade a chegar  
103 àquele ponto. O conselheiro também mencionou que a nota da Reitoria parecia insuficiente e  
104 questionou a informação de que o contrato estava adiantado, argumentando que, na verdade, o  
105 contrato “adiantado” chegava muito depois do que seria o tempo de vigência do contrato anterior.  
106 O presidente agradeceu ao conselheiro Fábio Lopes pela fala e afirmou que aquela era uma  
107 oportunidade para que a Reitoria pudesse explicitar a situação do contrato do plano de saúde.  
108 Ele explicou que o contrato atual do plano de saúde com a Unimed estava em processo de  
109 licitação, uma licitação que havia começado considerando que o contrato vencia no primeiro dia  
110 de dezembro. Informou que a licitação foi realizada de forma pública e transparente, com o  
111 objetivo de garantir a participação de todas as empresas interessadas no processo. O presidente  
112 afirmou que a licitação era bem complexa, dada a quantidade de recursos envolvidos e devido ao  
113 fato de que, historicamente, a Unimed vinha sendo a empresa vencedora. Ele ressaltou que, por  
114 conta disso, a licitação exigiu rigor em todas as suas dimensões, incluindo a transparência, a  
115 legalidade e a publicidade, e esclareceu que, diante do vencimento do contrato e do fato de a  
116 licitação ainda não estar concluída, por precaução, a Reitoria fez várias reuniões com toda a  
117 equipe técnica das pró-reitorias, para as quais convidou a participar os representantes do  
118 Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado  
119 de Santa Catarina (SINTUFSC) e do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa  
120 Catarina (APUFSC-Sindical). O presidente informou que as últimas quatro reuniões haviam sido  
121 realizadas com a presença das entidades mencionadas. Ele acrescentou que, na última reunião,  
122 foi encaminhada uma proposta para pedir a prorrogação do contrato por mais um ano, o que já  
123 foi aceito pela Unimed. Destacou que não havia dificuldades em relação ao plano de saúde dos  
124 servidores docentes e técnico-administrativos em educação, uma vez que já havia sido aceita a  
125 prorrogação. Também comentou sobre o reajuste de valor, que ocorria anualmente, e que,

mesmo que o contrato não tivesse sido prorrogado, o reajuste seria de cerca de 20%, como ocorria todos os anos. Relatou que a Unimed havia solicitado um reajuste de 18,8%, e que a UFSC, após discussões com os sindicatos, fez uma contraproposta de reajuste de 9%. Disse que esse documento foi entregue pessoalmente pela Reitoria à direção da Unimed, e que a empresa estava analisando a contraproposta. O presidente informou que a resposta deveria sair até o dia seguinte ou no máximo até a quinta-feira daquela semana. Explicou que a Unimed já havia liberado as carteirinhas para as consultas, e que o que estava sendo discutido era o reajuste. Ele enfatizou que Reitoria estava negociando com os sindicatos, tal como fazia todos os anos, uma redução no reajuste proposto pela Unimed. O presidente esclareceu ainda que o reajuste anual ocorria a partir do dia 1º de dezembro, e que não havia novidades nesse sentido. Finalizados os informes, após discussões acerca da ordem do dia, com a anuência do plenário, os processos foram apreciados na ordem disposta a seguir.

**2.1. Processo nº 23080.060396/2024-82. Requerente: Departamento de Administração Escolar (DAE/PROGRAD). Objeto: Apreciação da proposta de Calendário Acadêmico para o ano letivo de 2025. Relatoria: Conselheiro Edevard José de Araújo.**

O relator foi convidado a proceder à leitura de seu parecer, cujo voto segue transcrito a seguir: “Mediante o exposto somos de parecer favorável à minuta de Calendário Acadêmico da UFSC para 2025, elaborada pelo Departamento de Administração Escolar, e recomendamos a sua aprovação por esse douto Conselho Universitário. Esse é o parecer, s.m.j.”. Após a leitura do parecer, o presidente colocou em discussão o parecer. Em discussão, a conselheira Dilceane pediu ao relator um pequeno ajuste de data. Inscrito, o conselheiro Jacques Mick informou aos presentes que um grupo composto por docentes, estudantes, ativistas e técnico-administrativos em educação da comunidade vinha trabalhando no sentido de acumular um capital cultural com o objetivo de, no futuro, incorporar o “Dia Mundial sem Carro”, 22 de setembro, como uma data importante ou de referência no calendário acadêmico da UFSC. Ele observou que não se tratava de uma decisão a ser tomada rapidamente, tampouco de forma impositiva. Comentou que o grupo de ativistas, liderado pelo professor Francisco Carneiro Ferreira, do Departamento de Arquitetura, havia proposto um conjunto de atividades com o intuito de tornar, gradualmente, o “Dia Mundial sem Carro” uma ação relevante para a UFSC. O conselheiro Jacques mencionou ainda que, recentemente, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão, havia organizado uma manifestação da comunidade sobre o uso da bicicleta e de outros modais alternativos ao carro. Ele enfatizou que aquela era uma temática relevante para os pesquisadores da mobilidade urbana. O conselheiro citou, também, os professores Werner Krauss e Bernardo Meyer, especialistas no tema, que tinham investigado questões tão pertinentes para o nosso tempo, como a transição energética e a transição ecológica. Ele ressaltou a importância de ampliar o debate sobre como podemos reduzir o uso de um modal altamente poluente e transitar para outros modos de deslocamento mais sustentáveis, considerando que aquela era uma discussão relevante para todos. Ele acrescentou que, embora o tema ainda não fizesse parte da agenda para o debate naquele ano, ele seria retomado no ano seguinte, com vistas à inclusão da data no calendário acadêmico de 2026. Submetido à votação, o parecer do conselheiro Edevard Araújo foi aprovado por unanimidade.

**2.2. Processo nº 23080.052404/2024-17. Requerente: Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE). Objeto: Apreciação da proposta de criação da Resolução Normativa da Política de Permanência de Estudantes Mães da UFSC. Relatoria: Conselheira Mara Ambrosina de Oliveira Vargas.**

Foi concedida a palavra à relatora, que, antes de iniciar a leitura de seu parecer, fez uma breve explanação sobre como foi sua trajetória acadêmica e profissional enquanto mãe. Em seguida, procedeu à leitura do parecer, no qual manifestou o seguinte: “Diante do exposto,

parabenizo o Grupo de Trabalho de criação da Resolução Normativa da Política de Permanência de Estudantes Mães da UFSC. A política constitui um instrumento da equidade, é primorosa, inclusiva e ideal. As ações propostas procuram, justamente, contextualizar e visibilizar o cotidiano do que significa ser estudante mãe na Universidade. No entanto, ainda que reconheça a relevância das ações propostas, existe risco de que algumas destas ações sejam inoperantes, do ponto de vista de infraestrutura física, financeira e de gestão de pessoas. Reitero, reconheço vigorosamente o direito; preocupa a factibilidade de algumas das ações propostas. Assim, RECOMENDO que este Conselho APROVE a Resolução, desde que sejam removidos os artigos quinto, décimo segundo e décimo sexto e que os artigos décimo terceiro (inciso quatro) e décimo quarto (inciso dois) tenham ajustes no texto, para uma melhor compreensão e detalhamento do que, efetivamente, é solicitado”. Logo após, o parecer foi posto em discussão. Em discussão, houve muitas manifestações dos conselheiros e das conselheiras acerca desse tema, incluindo a participação do Coletivo de Mães Estudantes da UFSC, entre outras estudantes presentes. Duas estudantes representantes do Coletivo de Mães Estudantes destacaram a importância da luta do grupo desde 2018 e defenderam que, dado o longo trabalho na elaboração da minuta de resolução normativa, o coletivo gostaria que nenhum ponto fosse excluído sem esclarecimentos prévios, haja vista o fato de a minuta ter sido elaborada com base em referências legais e no trabalho do GT do MEC. Uma delas ressaltou que, embora a minuta representasse um avanço, aquele era ainda um primeiro passo, com muitos pontos a serem aprimorados. A estudante destacou a presença de mulheres negras, mães e estudantes, mencionando que, frequentemente, o contexto racial na Universidade era negligenciado e que muitas daquelas mulheres, especialmente as mães solo, eram excluídas. A relatora pediu a palavra para esclarecer e justificar a sugestão de exclusão de três artigos, os quais envolviam questões relacionadas à infraestrutura da Universidade. A relatora disse reconhecer a importância da discussão sobre a multidisciplinaridade na educação infantil. Ela mencionou especificamente o artigo 5º, que tratava da implementação de um espaço de contraturno, com toda a complexidade apresentada no Anexo 1. Ela destacou que a infraestrutura necessária seria imensa e exigiria um grande esforço para ser viabilizada. Ela também disse ter perguntado a especialistas como a Universidade poderia dar conta da grande demanda de espaço em curto e médio prazos. Ademais, a relatora discutiu o artigo 12, que tratava do espaço destinado às mães estudantes nos centros de ensino. Ela questionou como esse espaço se diferenciaria dos artigos 10 e 16, que também abordavam a questão do espaço físico para mães e estudantes com seus filhos, e ressaltou a importância de garantir que esses espaços fossem inclusivos e adequados. A relatora explicou que sua principal preocupação era evitar a inviabilização da implementação de uma resolução normativa eficaz, uma vez que, segundo ela, três artigos poderiam ser inoperantes naquele momento. Ela finalizou sua fala parabenizando a iniciativa e o trabalho realizados. As manifestações acerca desse assunto podem ser consultadas em sua integralidade por meio da gravação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3xxcU7CPlts>. Após ampla discussão, ficou acordado que a relatora baixaria o processo em diligência para a Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE) para detalhamento sobre as ações propostas na resolução normativa, os prazos de execução e para ciência das demais pró-reitorias acerca das definições do que competia a cada uma. Foi destacada também a importância da presença da professora Simone Sobral, da PRAE, na continuidade da discussão desse assunto. Dado o adiantado da hora e a insuficiência de quórum para prosseguir, o presidente encerrou a presente sessão, deixando os demais itens da pauta pendentes de apreciação. **2.3. Processo nº 23080.059590/2024-15. Requerente: Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE). Objeto: Apreciação da proposta de**

218 alterações na Resolução Normativa nº 181/CUn/2023, que dispõe sobre a Política Institucional  
219 de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas que se  
220 autodeclararam transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias, sobre o  
221 enfrentamento da transfobia no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras  
222 providências. Relatoria: Conselheiro Waldomiro Lourenço da Silva Júnior. 2.4. Processo nº  
223 23080.059708/2024-13. Requerente: Gabinete da Reitoria (GR/UFSC). Objeto: Apreciação da  
224 indicação da servidora Tereza Cristina Meurer Antunes para a função de ouvidora na Ouvidoria  
225 da UFSC, a ser submetida à Controladoria-Geral da União (CGU). Relatoria: Conselheiro  
226 Juliano Gil Nunes Wendt. 2.5. Processo nº 23080.054788/2024-11 (apensado ao processo  
227 principal nº 23080.064280/2023-31). Requerente: Câmara de Extensão (CEEx). Objeto:  
228 Apreciação do pedido de reconsideração acerca de decisão tomada pelo Conselho Universitário  
229 em 24 de setembro de 2024, que aprovou a Política de Extensão na UFSC. Relatoria: Conselheiro  
230 Tiago Montagna. Relatoria de vista: Conselheiro Alex Degan. Não havendo mais comunicações  
231 a serem feitas, o presidente agradeceu a presença de todos/as e encerrou a sessão, da qual  
232 lavrou-se a presente ata, que, quando aprovada, será assinada pelo presidente e pelos demais  
233 conselheiros. Registre-se que a sessão foi transmitida via *web* e que sua gravação, contendo as  
234 manifestações dos presentes, poderá ser consultada pelo canal do Conselho Universitário na  
235 plataforma YouTube por meio do *link* <https://www.youtube.com/watch?v=3xxcU7CPlts>.  
236 Florianópolis, 26 de novembro de 2024.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC  
realizada no dia 26 de novembro de 2024, às 15 horas.

Lista de assinaturas de aprovação da Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFSC realizada no dia 26 de novembro de 2024, às 15 horas.